
A Comparação Internacional de Indicadores de Financiamento e Gasto com Educação

Ivan Castro de Almeida

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal; professor da Universidade Católica de Brasília (UCB); gerente de projetos da Presidência do Inep, tendo participado da elaboração dos indicadores do Mercosul Educacional e das reuniões técnicas dos Projetos WEI, da Unesco/OCDE, e Cúpula das Américas.

Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 74, p. 121-135, dez. 2001.

Introdução

Por meio de comparação internacional, pode-se avaliar o sistema educacional de um país em relação à performance dos outros países e, desta maneira, reconhecer suas debilidades e também suas fortalezas, muitas vezes ignoradas ou não percebidas dentro dos próprios países (OECD, 1998). A cooperação entre os países pode auxiliar na melhoria da qualidade da informação, possibilitando aos países reformular seus sistemas de estatísticas, modernizando-os, aproveitando-se as experiências já realizadas ou em desenvolvimento em outros países. Corvalán e Treviño (1999) apresentam algumas dessas experiências na América Latina e no Caribe.

A compreensão de que o uso destas informações pode efetivamente subsidiar a formulação de políticas na área da educação, por aqueles que produzem informações educacionais e por aqueles que tomam as decisões de implementá-las, parece-nos ser uma questão-chave para o desenvolvimento de um sistema de informações de financiamento e gasto com educação de qualidade e que possibilite a comparação internacional.

Produção de indicadores educacionais internacionais: breve histórico¹

Em 1951, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou o primeiro *World handbook of education*, uma publicação de referência, tendo como base o preenchimento de um questionário com dados básicos da educação, respondido por 57 países. O objetivo era o de servir como instrumento de cooperação entre as autoridades e os educadores. A partir desta iniciou-se a publicação *World survey of education*, em cinco volumes, de 1955 a 1971, e, depois, de forma mais

¹ Elaborado a partir de "A produção de indicadores educacionais no Brasil e a comparação internacional", de Almeida e Wolynec, 1998.

condensada como *World education report*, em 1991, 1993 e 1995. Outra publicação importante, amplamente utilizada pelas agências internacionais, governos e educadores tem sido o *Unesco statistical yearbook*, desde 1964, com informações sobre matrícula, rendimento escolar, gastos públicos, etc. (Unesco, 1997). Esta iniciativa estabeleceu as bases para a produção de indicadores educacionais internacionais e a cooperação entre os países e entre estes e as agências internacionais.

Em 1973, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), elaborou o documento *A framework for educational indicators to guide government decisions* com o objetivo de produzir um conjunto básico de indicadores educacionais para os países-membros. A iniciativa da OCDE, não resultou em ações concretas para a produção de indicadores educacionais comparáveis (Bottani, Tuijnman, 1994), sendo o projeto retomado somente em 1987, culminando com a publicação da primeira edição da *Education at a glance* em 1991 (Barro, 1998).

Um dos fatores apontados como essenciais para o fracasso inicial, por Bottani, Tuijnman (1994), foi o de que a proposta não procurou estabelecer a relação direta entre os indicadores a serem produzidos e o seu uso na formulação das políticas educacionais dos seus países-membros naquela época. Ainda de acordo com esses autores, as pessoas envolvidas nesse projeto não foram capazes de convencer os tomadores de decisão de que, por meio dos indicadores, poder-se-ia avaliar o funcionamento do sistema educacional e, conseqüentemente, esses eram instrumentos adequados para auxiliar na formulação de políticas educacionais.

Segundo ainda Bottani e Tuijnman (1994), a publicação da *Nation at risk* pela United States National Commission on Excellence in Education teve grande impacto no debate e nos movimentos de reformas educacionais, pois o documento evidenciava a utilidade de dados agregados sobre aspectos relacionados com organização do sistema educacional, finanças da educação, matrícula e resultados no mercado de trabalho. Este debate despertou maior interesse em alguns países em financiar estudos comparativos internacionais.

É claro que a mudança de enfoque nas políticas educacionais no final desta década, com o crescimento das matrículas e, conseqüentemente, dos sistemas educacionais, questões que antes não eram na maioria das vezes consideradas prioritárias, tais como oportunidade, qualidade, equidade e efetividade, passaram a ser preocupação constante dos tomadores de decisão na área da educação.

A ausência de informações confiáveis, relativas a esses aspectos, era um obstáculo para a formulação de políticas adequadas.

Apesar de dados sobre os sistemas educacionais serem coletados e haver um número significativo de informações disponíveis, uma das principais razões apontadas por especialistas (Corvalán, Treviño, 1999; Schiefelbein, 1998) para o não-uso efetivo dessas informações, relaciona-se com o fato de que essas questões não eram consideradas como centrais para a tomada de decisão na área da educação, e conseqüentemente, relegadas a segundo plano ou confinadas à produção de estudos acadêmicos sobre educação, muitas vezes, de interesse diverso daqueles que eram responsáveis pelas políticas educacionais, corroborando com o fato de que o elo mais frágil da cadeia de informação é o uso desta na tomada de decisões (Schiefelbein, 1998).

Os dados sobre financiamento e gasto com educação, por exemplo, eram levantados, antes de 1990, pelas agências internacionais, principalmente Unesco e OCDE. Mas havia problemas metodológicos e técnicos nos países, para prover os dados necessários e no formato adequado, e desta maneira não era possível se estabelecer um comparação confiável, sendo, portanto, de pouca utilidade para os tomadores de decisão de políticas educacionais. Por isso, a OCDE passou a concentrar esforços no sentido de melhorar a qualidade da informação e, conseqüentemente, a sua comparabilidade. A estratégia adotada para superar essas dificuldades pela OCDE foi o lançamento do projeto Indicators of Education Systems (Ines) com o objetivo, não somente, de obter dados de educação para a produção de indicadores educacionais comparáveis entre os países-membros, mas também, de auxiliar os

participantes do projeto a desenvolver as capacidades necessárias para a produção da informação. O resultado dessa iniciativa culminou com a primeira publicação *Education at a glance* em 1991 (Barro, 1998).

Pode-se evidenciar a dificuldade que os países tiveram para prover os dados necessários à produção desses indicadores educacionais. Apenas três dos 29 países-membros, para o ano fiscal de 1990, conseguiram fornecer os dados necessários para o cálculo de todos os indicadores de gasto por aluno e por nível de ensino, enquanto 15 deles não forneceram dados suficientes para calcular nenhum desses indicadores. Comparando-se com os dados fornecidos em 1998, relativo ao ano fiscal de 1995, tivemos o seguinte: 12 dos 30 países puderam fornecer informações completas para o cálculo do gasto por aluno e por nível de ensino. Em contrapartida, apenas quatro países não apresentaram dados suficientes para o cálculo de nenhum desses indicadores (OECD, 1998).

Essa diferença, entre os resultados assinalados acima, evidenciam como uma parceria e intercâmbio entre os países, além de permitir comparar indicadores educacionais, pode induzir à melhoria das estatísticas e informações dentro dos próprios países. A experiência da participação do México no projeto Ines desde 1994, é uma demonstração destes esforços:

A partir de la experiencia en el proyecto Ines las autoridades educativas han desarrollado una serie de proyectos encaminados a mejorar la estadística educativa y, especialmente, la de financiamiento educativo estadual y la Encuesta de Financiamiento de las Instituciones Privadas. (Treviño, 1998)

A estratégia adotada no projeto Ines mostra a diferença entre os resultados alcançados por estes países e as experiências anteriores, na sua maioria fracassadas em estabelecer um conjunto considerável de indicadores comparáveis. Importante

ressaltar que isso não significa que os problemas com a produção desses indicadores estejam resolvidos, mas demonstra um avanço considerável nessa direção.

Pode-se apontar como um de seus principais méritos, a participação dos países e a transparência de todo o processo, desde a sua concepção metodológica, forma de coleta dos dados, etc., até a sua publicação. Ibáñez (Milla, 1998) ao apresentar a experiência da Espanha no projeto Ines, no Seminario Taller sobre Estadísticas Educativas en los Países del Mercosur, realizado em outubro de 1997, identifica a participação na elaboração da metodologia e na definição da fórmula de cálculo dos indicadores como um dos elementos-chave para o seu sucesso.

O resultado positivo alcançado levou a Unesco a promover com a OCDE a elaboração de um projeto para estender o Ines a um grupo de países não membros desta organização. Para participar, convidou um grupo de 12 países, dentre os quais o Brasil em setembro de 1997, em Paris culminando com o projeto-piloto World Education Indicators (WEI) (Unesco, 1997b).

A produção dos indicadores para comparação internacional

Conhecer a organização dos sistemas educacionais dos países é uma questão-chave para que se possa comparar adequadamente os indicadores educacionais. Para efeito de comparação internacional, estabelecem-se padrões de níveis de ensino de cada país. Atualmente, a classificação internacional usada como padrão tem sido a *International standard classification of education* (ISCED-97), adotada pela OCDE (1999).²

Como, em geral, a coleta de dados para a produção de indicadores educacionais dentro dos países é feita de acordo com

² Ver: Almeida e Wolynech (1998), para uma descrição dessa classificação e uma comparação com o sistema brasileiro.

os respectivos sistemas educacionais, para se produzir indicadores educacionais de financiamento e gasto, comparáveis internacionalmente, faz-se necessário reformular a forma de coleta, de tratamento das informações e de cálculo dos indicadores de financiamento e gasto com educação. Na Espanha, por exemplo, a participação no projeto de indicadores da OCDE exigiu dos responsáveis pela produção das informações educacionais a revisão dos conceitos utilizados para a coleta de dados e a melhoria no tratamento da informação, implicando uma análise mais rigorosa da informação produzida (Milla, 1998).

Diversas dificuldades têm que ser suplantadas para que se possa cumprir com os objetivos e metas estabelecidos. O uso das informações restritas apenas ao âmbito do Ministério da Educação (MEC) não é suficiente. O conjunto de indicadores é muito mais amplo. Os gastos com educação não se restringem ao escopo do MEC. Os conceitos e metodologias não correspondem às utilizadas no País.

As fontes externas ao MEC tornaram-se essenciais para que se pudesse produzir os indicadores de contexto social, econômico e demográfico relacionados com a educação, dados de financiamento e gasto em educação (Abrahão, Fernandes, 1999, sobre a metodologia de coleta de dados de financiamento e gasto com educação no Brasil), entre outros, definidos pela OCDE (Bottani, 1999).

A partir de então, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) passou a adotar estratégias específicas com o objetivo de desenvolver as capacidades necessárias para a produção desses indicadores. As mais importantes foram:

- Definir mecanismos institucionais e parcerias com outros institutos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre outros) que produzem informações relacionadas com o financiamento e gasto com educação, evitando criar mecanismos próprios para a obtenção das mesmas, aproveitando-se das capacidades já existentes.

- Estimular e ampliar o debate sobre aspectos metodológicos e do uso desses indicadores, com a participação de

especialistas internacionais. Para isso, o MEC/Inep realizou um Seminário Internacional de Indicadores Educacionais, em outubro de 1998, em Brasília, com a participação de especialistas internacionais, educadores e produtores de informações na área da educação. Em maio de 1999, em Campinas, realizou também um *workshop* e Seminário sobre Indicadores Educacionais, promovido pelo Núcleo Interno de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para discutir a produção de indicadores.

Para a produção dos indicadores financeiros da educação, a partir de 1997, em cooperação com o IBGE e o Ipea, passou-se a coletar informações sobre fontes de financiamento e tipos de gastos realizados pelos diversos níveis de governo (União, Estados e municípios). Para isso, são analisados os balanços da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e de uma amostra representativa de municípios.

Embora devesse ser feito anualmente, este levantamento foi interrompido por quase uma década, devido principalmente às dificuldades na análise dos balanços municipais e à alta inflação que ocorria no País. Com a reformulação do Inep e o melhor desempenho da economia, no que se refere às taxas de inflação, foi possível retomá-lo a partir de 1995. Há, no entanto, uma defasagem maior dessas informações, tendo em vista que as mesmas só estão disponíveis após a publicação dos balanços governamentais e sua apropriação necessita de especialistas financeiros, o que leva a uma certa demora na consolidação dos dados.

A comparação dos indicadores de financiamento e gasto com educação

Em 1998, como consequência da cooperação entre os países-membros da OCDE (29 países) e de 12 países não-membros (participantes do projeto WEI de Indicadores Educacionais), publicaram-se os primeiros resultados para comparação incluindo

dados de financiamento e gasto com educação no Brasil, com ano de referência de 1995 (OECD, 1998). Analisaremos os seus resultados e discutiremos as suas limitações.

Normalmente, o indicador de referência quando se compara países é o gasto com educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ou em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB). Isto porque ele indica, em termos percentuais, quanto um país se dispõe a gastar com educação, em relação a sua capacidade para tal. Neste caso, o gasto privado é um componente relevante, principalmente, o gasto das famílias com educação superior. Para a obtenção deste gasto, os países necessitam desenvolver uma capacidade institucional e, portanto, é de se esperar que os resultados não estejam disponíveis na maioria dos países. Para o ano de 2000, sendo o ano de referência 1997, a mesma publicação, *2000 Education at a glance* da OCDE, apresenta resultados de gasto privado apenas para um conjunto de 19 países, de um total de 39.

É por isso que consideramos, no momento, um indicador mais adequado para a comparação do percentual de gasto público com educação, em relação ao total do gasto público (ver Tabelas 2 e 3, em anexo), ao avaliar o gasto total em educação – quando nos referimos ao gasto do Brasil com educação –, o que não significa dizer que o conhecimento do gasto privado não seja também um componente importante. Mas, infelizmente, não há dados confiáveis para a sua medição.

O Gráfico 1 apresenta uma interessante tendência, quando comparamos as unidades da Federação (UF), o Brasil e alguns países. Vê-se, por exemplo, que os países e UFs com menor PIB *per capita* (ver Tabela 4 e Gráfico 2, em anexo) tendem, em geral, a gastar relativamente mais com educação. Observe que, a leitura desse indicador em uma UF é diferente do que em um país, pois, se uma UF que apresenta um gasto considerável com educação, isso não decorre unicamente de um esforço interno, mas sim consequência de um esforço público como um todo, como ocorre nas Regiões Norte e Nordeste, onde os recursos federais são significativos.

Outro indicador interessante a ser comparado é o gasto por aluno. Este sim, mesmo que os gastos privados não estejam disponíveis, pode servir com um parâmetro de avaliação, já que é um valor unitário. Diferentemente do custo por aluno, que requer uma definição clara e metodológica do que esse número representa, o gasto por aluno serve como um indicador para avaliar o gasto por nível de ensino, já que o seu volume total, não-relativizado pelo volume de alunos, não serve de parâmetro para comparação.

A comparação internacional nos leva a algumas constatações importantes que muitas vezes não são levadas em conta nas análises, já que a tendência dos estudos comparativos é o de se concentrar no “ordenamento” dos indicadores para a comparação, esquecendo-se, muitas vezes, de que “no cálculo de um dado indicador” há muitos elementos envolvidos, e que passam despercebidos.

Vejam algumas dessas constatações:

a) o gasto por aluno, seja internamente ou em outros países, está fortemente determinado pelo volume de alunos que são atendidos pelo sistema educacional. Sendo assim, o gasto por aluno no ensino fundamental é inversamente proporcional ao percentual da população-alvo, como mostra a Tabela 1 (Gráfico 3, anexo);

b) o gasto por aluno está fortemente relacionado com a capacidade de gasto (medida, por exemplo, pelo PIB *per capita*). O gasto por aluno é proporcional ao PIB *per capita*, como mostra o Gráfico 4, em anexo. Quando relativizado pelo PIB *per capita*, pode-se observar que essa diferença não é tão expressiva, como mostra a Tabela 1.

O uso do Índice de Paridade do Poder de Compra (PPP), calculado pelo Banco Mundial, para a conversão em dólares americanos, visa criar um índice de conversão menos sensível aos efeitos das políticas cambiais dos diversos países. Simplificadamente, este índice relaciona o poder de compra internamente da moeda local em relação poder de compra do dólar americano internamente nos Estados Unidos – medido a partir de um conjunto básico de bens definido previamente.

Considerações finais

A globalização e a regionalização, despertando para uma cultura de integração dentro dos países, têm contribuído para que os países façam uma reflexão sobre os seus sistemas educacionais. Questões como qualidade, eficiência e eficácia do sistema, equidade, que antes eram pouco consideradas, passaram a assumir um papel de relevância (Corvalán, Treviño, 1999). A comparação internacional de indicadores educacionais é uma oportunidade para se estabelecer marcos educacionais dentro dos países para essas questões e, ao final, servir com subsídio às políticas educacionais. Em particular, a comparação internacional dos gastos com educação entre países pode contribuir para a discussão interna sobre a quantidade/qualidade do gasto com educação. Os resultados apresentados pelo balanço do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), para o ano de 1998 de que esse fundo tem colaborado decisivamente para o aumento do gasto por aluno (Instituto..., 1999) mostram que, para melhorar o gasto com educação, não deve necessariamente ser pautado exclusivamente na lógica do aumento total do gasto com educação. A comparação internacional pode corroborar essa afirmação, pois, nem sempre os países que gastam mais com educação, são aqueles que apresentam um maior gasto por aluno. A Argentina, por exemplo, para o ano de 1995, tinha um porcentual do gasto público com educação inferior ao do Brasil, mas com um gasto por aluno no ensino fundamental (valores ajustados ao dólar americano pela PPP) superior (Tabelas 1, 4 e 5).

Referências bibliográficas

ABRAHÃO, J.; FERNANDES, M. A. *Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos da Área de Educação (Sigpe)* : diagnóstico para 1995. Brasília : Ipea, 1999. (Texto para Discussão, n. 674).

ALMEIDA, I.; WOLYNEC, E. A produção de indicadores educacionais no Brasil e a comparação internacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 148-160, set./dez. 1998.

BARRO, S. *The prospects for developing internationally comparable education finance statistics for Latin American Countries* : a preliminar assessment. [S.l.] : The World Bank, sept. 1998. (LCSHD Paper Series).

BOTTANI, N. Os indicadores educacionais da OCDE : propósitos, limites e processos de produção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, Rio de Janeiro, 1997. *Anais...* Brasília : Inep, 1999.

BOTTANI, N.; TUIJNMAN, A. International education indicators : framework, development and interpretation. In: MAKING Education Count : developing and using international indicators. [S.l.] : OECD Publications, sept. 1994.

CORVALÁN, A.; TREVIÑO, E. *Uso de la información en la toma de decisiones de política educativa*. Unesco/Orealc, mar. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *O balanço do primeiro ano do Fundef*. Brasília : Inep, 1999.

MILLA, J. I. Sistema de indicadores de la OCDE y cuestionários UOE. Aplicación de los indicadores de la OCDE : caso España. In: INDICADORES educativos comparados en el Mercosur. Chile : Unesco/Preal/Mineduc, 1998.

OECD. *Classifying educational programmes* : manual for ISCED 97 implementation in OECD Countries. [S.l.], 1999.

OECD. *Education at a glance 1998* : OECD Indicators. [S.l.], 1998.

_____. *Education at a glance 2000* : OECD Indicators. [S.l.], 2000.

SCHIEFELBEIN, E. En busca del eslabón más débil : mejorar la estadística educativa. *Boletín Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe*, n. 46, Unesco/Orealc, ago. 1998.

TREVIÑO, E. La experiencia de México en el Proyecto Ines/OCDE. In: INDICADORES educativos comparados en el Mercosur. Chile : Unesco/Preal/Mineduc, 1998.

UNESCO. *Unesco 50 years for education*. [S.l.], 1997.

_____. *WEI* : proposal for a pilot project. [S.l.], 1997.

Anexo

Tabela 1 – Gasto médio por aluno no ensino fundamental e médio, em US\$ convertido pela PPP – 1995

(continua)

Unidade da Federação - País	Gasto Médio por Aluno		Gasto Médio por Aluno em relação ao PIB per capita	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Fundamental	Médio
Rondônia	942	1.067	0,17	0,19
Acre	563	910	0,12	0,19
Amapá	429	718	0,07	0,12
Roraima	768	1.312	0,16	0,27
Pará	333	702	0,08	0,17
Amapá	805	601	0,16	0,12
Tocantins	648	887	0,38	0,53
Maranhão	344	648	0,17	0,33
Piauí	457	942	0,25	0,50
Ceará	557	967	0,21	0,36
R. C. do Norte	517	851	0,14	0,23
Paraná	370	894	0,16	0,38
Fernambuco	382	549	0,12	0,17
Alagoas	456	1.486	0,20	0,64
Sergipe	657	1.212	0,13	0,24
Bahia	350	718	0,11	0,21
Minas Gerais	854	2.109	0,16	0,39
Espírito Santo	814	862	0,11	0,12
Rio de Janeiro	843	1.619	0,11	0,20
São Paulo	1.022	848	0,10	0,08
Paraná	809	856	0,12	0,13
Santa Catarina	802	1.075	0,12	0,16

(conclusão)

128

Unidade da Federação - País	Gasto Médio por Aluno		Gasto Médio por Aluno em relação ao PIB per capita	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Fundamental	Médio
R. C. do Sul	856	900	0,11	0,12
R. C. do Sul	816	816	0,12	0,12
Distrito Federal	1.005	1.434	0,19	0,27
Cóias	463	685	0,09	0,13
Distrito Federal	814	2.555	0,06	0,20
Brazil	709	1.062	0,11	0,16
Canadá
Estados Unidos	5.371	6.812	0,20	0,26
México	1.015	1.798	0,14	0,24
Espanha	3.628	3.455	0,18	0,24
França	3.379	6.182	0,17	0,31
Inglaterra	3.328	4.246	0,19	0,24
Portugal
Coreia do Sul	2.135	2.332	0,17	0,19
Japão	4.065	4.165	0,19	0,20
Argentina	1.158	1.575	0,12	0,17
Chile	1.807	2.059	0,15	0,18
Paraguai	343	492	0,10	0,14
Uruguai	920	1.022	0,11	0,13
Malásia	1.228	2.308	0,12	0,22

Fonte: OECD Education at a Glance - 1998 e Ipsos Tithec

Nota: O gasto público das unidades da Federação não inclui escolas destinadas a beneficiários e servidores.

Tabela 2 – Porcentual de gasto público com educação em relação ao total do gasto público – 1995

(continua)

Unidades da Federação - País	Gasto com Educação em Relação ao Gasto Público Total (%)
Rondônia	22,6
Acre	11,5
Amazonas	17,8
Roraima	19,8
Pará	17,8
Amapá	13,9
Tocantins	24,7
Maranhão	19,8
Piauí	18,0
Ceará	15,1
R. G. do Norte	19,8
Paraná	20,8
Pernambuco	13,5
Alagoas	13,7
Sergipe	17,5
Bahia	15,6
Minas Gerais	23,2
Espírito Santo	18,5
Rio de Janeiro	12,2
São Paulo	13,8

(conclusão)

Unidades da Federação - País	Gasto com Educação em Relação ao Gasto Público Total (%)
Paraná	18,8
Santa Catarina	18,3
R. G. do Sul	15,3
M. G. do Sul	17,4
Mat. Grosso	21,7
Goias	16,1
Distrito Federal	...
Brazil	14,8
Canadá	13,6
Estados Unidos	14,4
México	23,0
Espanha	12,8
Franga	11,1
Inglaterra	...
Portugal	...
Coreia do Sul	17,5
Japão	9,8
Argentina	12,6
Chile	15,2
Paraguai	14,8
Uruguai	12,4
Malásia	15,4

Fonte: OECD Education at a Glance - 1998 e Ipsos/Unicor

Tabela 3 – Porcentual da população de 5 a 14 anos em relação à população total – 1996

(continua)

Unidade da Federação - País	População de 5 a 14 anos, (%)
Rondônia	24,9
Acre	26,7
Amazonas	26,1
Roraima	26,6
Pará	26,0
Amapá	26,7
Tocantins	25,5
Maranhão	27,5
Piauí	26,8
Ceará	24,0
R. C. do Norte	23,3
Paraíba	23,6
Pernambuco	22,9
Alagoas	24,9
Sergipe	24,2
Bahia	24,4
Minas Gerais	21,1
Espírito Santo	21,7
Rio de Janeiro	17,6
São Paulo	19,3

(conclusão)

Unidade da Federação - País	População de 5 a 14 anos, (%)
Paraná	20,7
Santa Catarina	20,8
R. C. do Sul	19,1
M. G. do Sul	22,1
Mato Grosso	23,1
Goiás	21,1
Distrito Federal	20,4
Brazil	21,8
Canadá	13,0
Estados Unidos	15,0
México	24,0
Espanha	11,0
França	13,0
Inglaterra	13,0
Portugal	12,0
Coreia do Sul	15,0
Japão	11,0
Argentina	19,0
Chile	19,0
Paraguai	26,0
Uruguai	17,0
Malásia	23,0

Fonte: CECT Education at a Glance - 1998

Tabela 4 – Porcentual do gasto público com educação em relação ao PIB – 1995

(continua)

Unidades da Federação - País	Gasto Público com Educação em Relação ao PIB (%)
Rondônia	3,4
Acre	9,6
Amazonas	4,9
Roraima	7,4
Para	4,7
Amapá	6,5
Tocantins	15,3
Maranhão	8,0
Piauí	10,7
Ceará	7,3
R. C. do Norte	7,5
Paraíba	11,5
Pernambuco	5,9
Alagoas	8,0
Sergipe	5,5
Bahia	4,9
Minas Gerais	7,2
Espírito Santo	4,7
Rio de Janeiro	4,9
São Paulo	3,3

(conclusão)

Unidades da Federação - País	Gasto Público com Educação em Relação ao PIB (%)
Paraná	4,7
Santa Catarina	5,1
R. C. do Sul	4,6
M. C. do Sul	4,4
Mato Grosso	7,1
Goiás	4,1
Distrito Federal	8,5
Brasil	5,1
Canadá	5,8
Estados Unidos	5,0
México	4,6
Espanha	4,8
França	5,8
Inglaterra	4,6
Portugal	5,4
Coreia do Sul	3,6
Japão	3,6
Argentina	3,4
Chile	3,0
Paraguai	3,1
Uruguai	2,7
Malásia	4,9

Fonte: OECD Education at a Glance - 1998 e Ipes-Dipec

Tabela 5 – Gasto médio por aluno no ensino fundamental e PIB *per capita* – 1995

(continua)

País/Unidade da Federação	Gasto por Aluno no Ensino Fundamental	PIB <i>per capita</i>
França	3.379	19.908
Japão	4.065	21.916
Coreia do Sul	2.135	12.518
México	1.015	7.356
Espanha	2.628	14.317
Inglaterra	3.328	17.862
Estados Unidos	5.371	26.711
Argentina	1.158	9.445
Brasil	712	8.398
Chile	1.807	11.756
Malásia	1.228	10.672
Paraguai	343	3.980
Uruguai	920	9.300
Romênia	942	5.494
Áustria	563	4.737
Amazônia	429	5.797
Rosário	768	4.835
Pará	333	4.213
Amapá	805	4.905

(conclusão)

País/Unidade da Federação	Gasto por Aluno no Ensino Fundamental	PIB <i>per capita</i>
Tocantins	648	1.685
Maranhão	344	1.979
Piauí	467	1.873
Ceará	557	2.682
R. C. do Norte	517	3.699
Pernambuco	370	2.332
Pernambuco	382	3.295
Alagoas	456	2.318
Sergipe	657	4.969
Bahia	390	3.475
Minas Gerais	854	5.431
Espírito Santo	814	7.358
Rio de Janeiro	842	7.929
São Paulo	1.022	10.516
Paraná	909	6.824
Santa Catarina	802	6.713
R. C. do Sul	856	7.559
M. C. do Sul	816	6.560
Mato Grosso	1.005	5.321
Coiás	463	5.136
Distrito Federal	814	12.641

Fonte: OECD Education at a Glance – 1998 e Ipse/Unicoc.

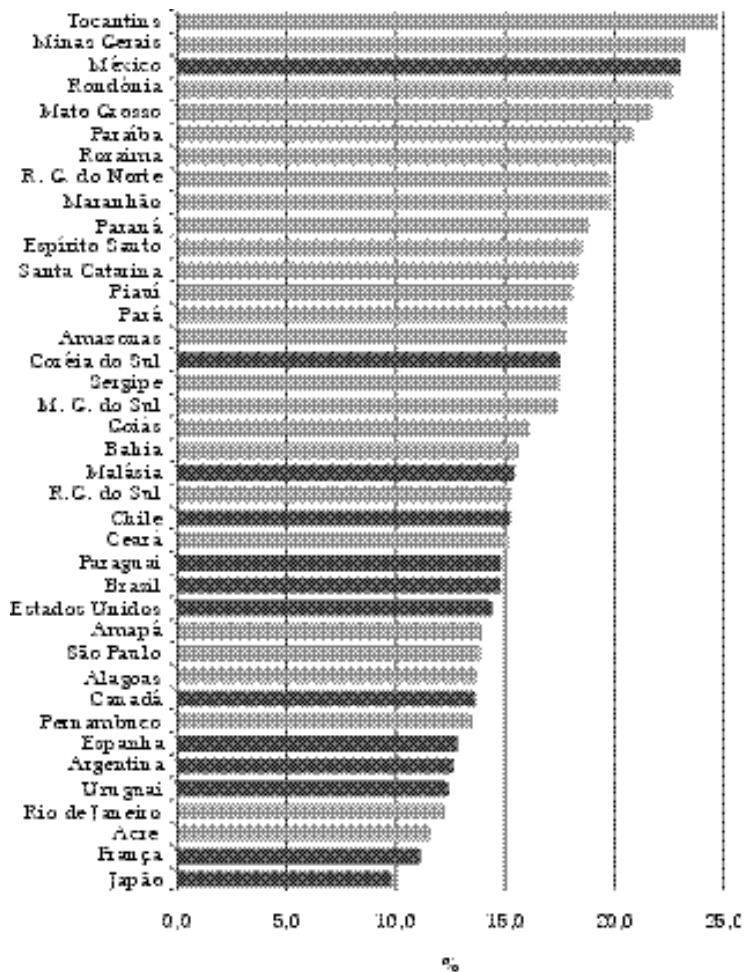


Gráfico 1 – Porcentual do gasto público com educação em relação ao total do gasto público – 1995

Fonte: OECD Education at a Glance – 1998 e Ipea/Disoc.

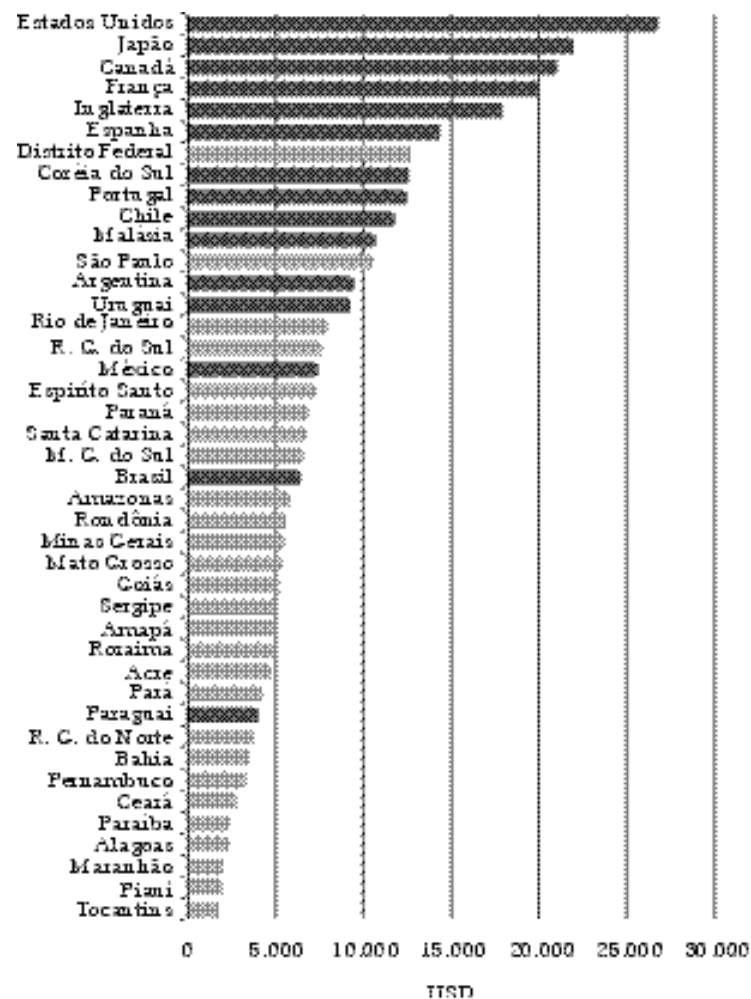


Gráfico 2 – PIB per capita – 1995

Fonte: OECD Education at a Glance – 1998 e Ipea/Disoc.

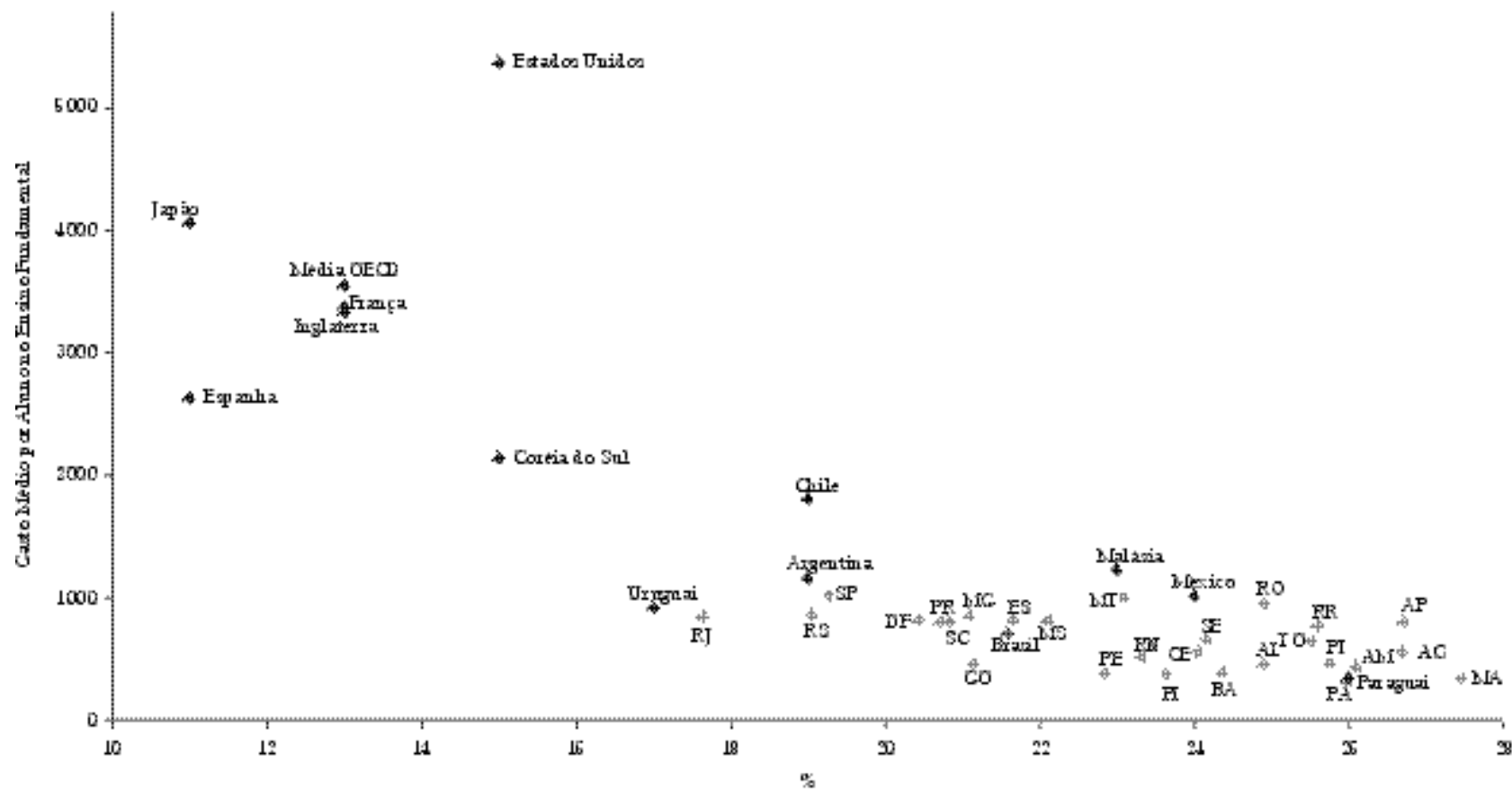


Gráfico 3 – Gasto médio por aluno no ensino fundamental e porcentual da população de 5 a 14 anos – 1995

Fonte: OECD Education at a Glance – 1998 e Ipea/Disoc.

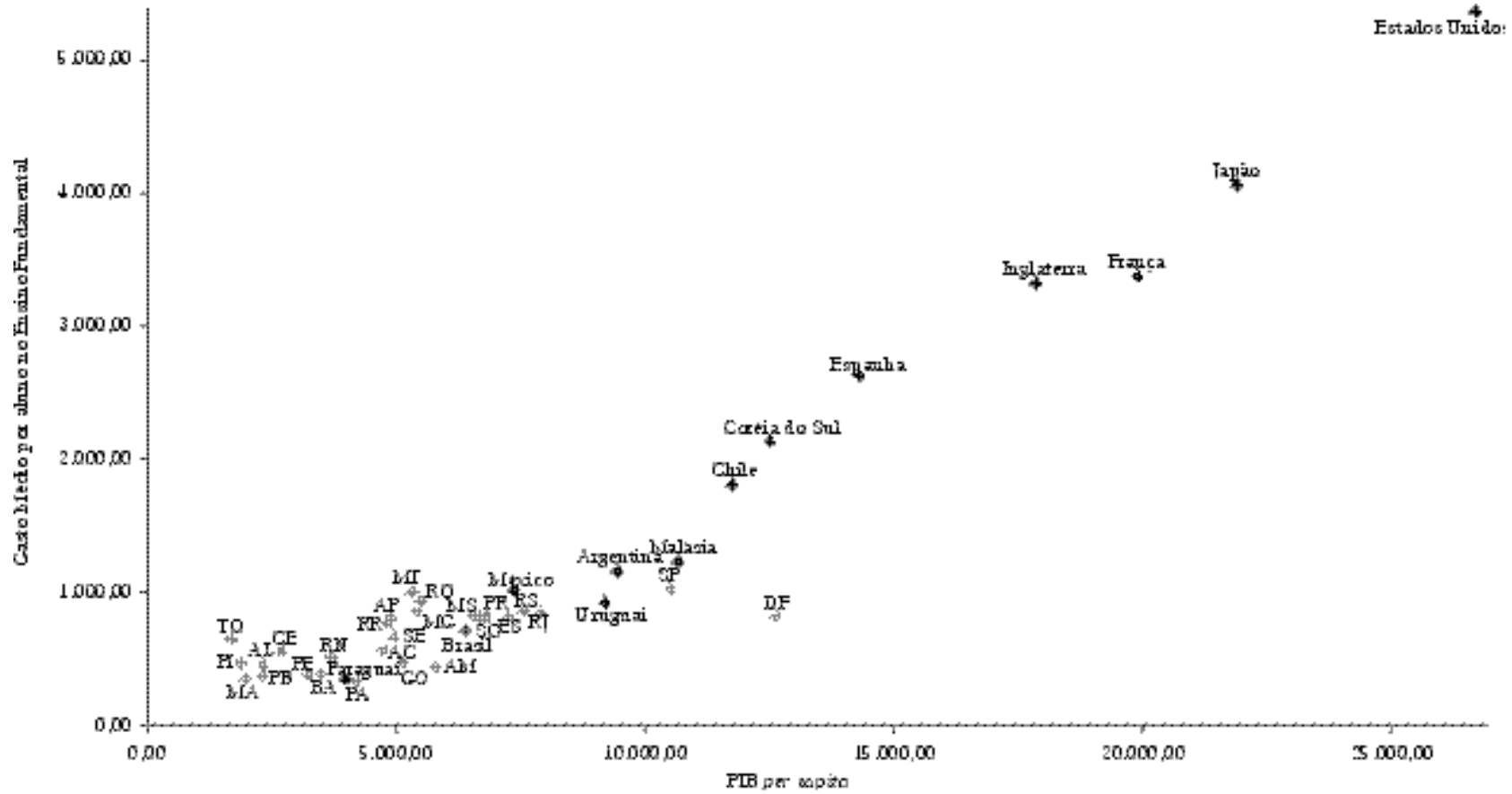


Gráfico 4 – Gasto médio por aluno no ensino fundamental e PIB *per capita* – 1995

Fonte: OECD Education at a Glance – 1998 e Ipea/Disoc.